



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA TEREZA DO OESTE**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE-PR

PRODUTO 1





Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

MUNICÍPIO DE Santa Tereza do Oeste

**Prefeito:
ELIO MARCINIAK**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 286/2021

REF.: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2021.

Setembro/2022



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. OBJETIVOS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DO PDM VIGENTE	5
1.1. AVALIAÇÃO POR ÁREAS APONTADAS NO PDM VIGENTE	5
1.2. DIRETRIZES	6
1.3. PROPOSIÇÕES	6
1.3.1. Planejamento e gestão municipal	6
1.3.2. Acesso e Informação	7
1.3.3. Hierarquia do Sistema Viário	8
1.3.4. Uso e Ocupação do Solo	9
1.4. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos- PAI	10
CONCLUSÕES	39



INTRODUÇÃO

A partir da leitura dos apontamentos realizados na elaboração do Plano Diretor Municipal de Santa Tereza do Oeste – PR, entregue no ano de 2016, é possível entender as proposições que se vislumbravam na época para o desenvolvimento do município.

Porém, este planejamento de longo prazo, que está balizado pelas diretrizes e proposições, com sua aplicação orientada pelo plano de ação pode sofrer alterações ao longo do tempo, por ocorrer incompatibilidades e mudanças estruturais no município.

Assim, a partir da leitura destes documentos e em conversas e visitas aos setores e secretarias do município, foi possível entender o que foi aplicado total ou parcialmente das ações previstas, bem como, o que não teve êxito, das previsões elaboradas em 2016.

Desta forma, pretende-se neste documento apontar um resumo desta situação, já apresentada para a equipe técnica municipal e com a realização da leitura da mesma para as secretarias envolvidas para apreciação e apontamentos.

Espera-se que a partir deste documento e com uma nova Análise Técnica Integrada se adeque e se elabore novas diretrizes, proposições e ações para a gestão do referido município.



1. OBJETIVOS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DO PDM VIGENTE

Avaliação da capacidade institucional da administração municipal de Santa Tereza do Oeste, realizada em 2016, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, apontou para os seguintes aspectos:

1.1. AVALIAÇÃO POR ÁREAS APONTADAS NO PDM VIGENTE

Realizando análise dos pontos apresentados na Análise Técnica Integrada – ATI e nas Diretrizes e Proposições do Plano Diretor de Santa Tereza do Oeste em 2016 verifica-se que as diretrizes e proposições estão baseadas nos dados obtidos por meio da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária. A Leitura Técnica é produto da coleta de informações da análise temática integrada e nas tabelas das condicionantes, deficiências e potencialidades. Baseia-se na análise dos elementos positivos, negativos e limitantes do Município, visando a transformação das realidades identificadas, nas áreas institucionais, socioeconômicas, ambientais, físico-territoriais e de infraestrutura de serviços públicos.

Após reunião com os departamentos e a Equipe Técnica Municipal – ETM, discutindo as estratégias e a aplicação do planejamento e gestão urbana do município de Santa Tereza do Oeste, considerando os apontamentos das ações a serem elaboradas para o município de 2016 a 2019, chegou-se às seguintes conclusões:



1.2. DIRETRIZES

As diretrizes apresentadas a seguir orientaram as proposições espaciais ações a serem planejadas assim como as alterações na legislação do Plano Diretor Municipal elaborado em 2016.

- I. Redigir o Plano Diretor de forma que seja um instrumento de planejamento de fácil compreensão, permitindo o trabalho adequado dos servidores, dos cidadãos e do Conselho Municipal da Cidade.
- II. Proteger as Áreas de Preservação Permanente, principalmente aquelas junto aos cursos d'água e nascentes;
- III. Respeitar a presença do Parque Nacional do Iguaçu e sua área de amortecimento;
- IV. Aproveitar o potencial de proximidade do Parque Nacional do Iguaçu;
- V. Controlar a ocupação residencial no lado Norte da Rodovia BR-277, bem como naqueles lotes situados às margens da mesma;
- VI. Promover o adensamento baseado na execução imediata da rede de esgotos e maior presença de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos;
- VII. Organizar a hierarquia viária conforme a escala e uso local, indicando diretrizes urbanísticas e prioridade de execução de melhorias;
- VIII. Indicar diretrizes para o ordenamento da expansão urbana conforme as condições físicas, de infraestrutura e desenvolvimento econômico sustentável;
- IX. Organizar o zoneamento de forma simplificada, determinando diretrizes para o planejamento futuro;
- X. Fornecer instrumentos para o planejamento de obras físicas para atender as necessidades estabelecidas pelas Políticas Sociais Municipais;
- XI. Fornecer uma ferramenta digital, de acesso público, com dados cadastrais dos lotes urbanos, o zoneamento e seus parâmetros construtivos.

1.3. PROPOSIÇÕES

As proposições para a Revisão do Plano Diretor propostas em 2016 são organizadas em quatro temas, descritos a seguir.

1.3.1. Planejamento e gestão municipal

Faltou ao município estabelecer o planejamento e a gestão participativos, conforme preconiza o Estatuto da Cidade e as orientações do Conselho Nacional da Cidade. Considerando as determinações legais e as necessidades municipais, fica proposta a criação de dois Órgãos



municipais:

a) Conselho Municipal da Cidade: Criado em substituição ao Conselho de Desenvolvimento Urbano – CONDUSTO, o Conselho Municipal da Cidade deverá respeitar a paridade entre servidores públicos e representantes da sociedade civil estabelecida pelo Conselho Nacional da Cidade. O mesmo deve ser estruturado em quatro câmaras:

- I- Habitação;
- II- Saneamento Ambiental;
- III- Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana;
- IV- Planejamento e Gestão do Solo Urbano.

A principal função do Conselho será monitorar a implementação do Plano Diretor e garantir o planejamento participativo, devendo ser consultado quando houver qualquer alteração da legislação municipal.

b) Comitê Técnico de Urbanismo: A principal função do Comitê seria tomar decisões técnicas a respeito da localização de empreendimentos ou de casos que não são contemplados pela legislação, desde que esta indique parâmetros de análise.

1.3.2. Acesso e Informação

Criação de mecanismos que permitirão o acesso à informação.

a) Portal de Legislação de Santa Tereza do Oeste: Criação de acesso à legislação municipal vigente em página na internet.

b) Geo Portal de Santa Tereza do Oeste: Criação e manutenção de uma ferramenta de consulta, transparência e planejamento, onde será especializado sobre imagem aérea disponível, a partir de dados cadastrais dos imóveis, a lei de zoneamento de uso e ocupação do solo. Essa ferramenta será fornecida pela consultoria, contendo todas as análises espaciais desenvolvidas neste processo, além do Plano Diretor especializado, no endereço

c) Programa de Educação Ambiental e Urbana: Elaboração de programas desenvolvidos tanto em parceria com o próprio PNI como com a Itaipu Binacional. Reforçar as parcerias, objetivando disseminar informações que transformem a presença do parque e suas condições de preservação em oportunidades, observando os seguintes temas:

- I. A importância da Área de Amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu;
- II. Formas de controle sobre a área urbana e rural determinados pela condição de Área de Amortecimento;
- III. Estímulo ao desenvolvimento de atividades que aproveitem a proximidade do PNI.



1.3.3. Hierarquia do Sistema Viário

Organização através de uma hierarquia de usos.

Os principais condicionantes para a revisão da Hierarquia do Sistema Viário são:

- I. Hierarquia existente;
- II. Trajeto do ônibus;
- III. Viadutos projetados;
- IV. Passarela existente;
- V. Local ideal para novas passarelas.

Projeção de viadutos, adequação da passarela existente e projeção de novas passarelas, considerando uma distância entre no máximo 600 metros entre elas.

A atual vigência da Hierarquia do Sistema Viário traz as seguintes denominações e definições.

- I. VIA EXPRESSA: a rodovia BR-277, no caso de STO;
- II. VIA MARGINAL: ligada à rodovia, de acesso à cidade;
- III. VIA ARTERIAL: vias principais de circulação e conexão da malha urbana;
- IV. VIA COLETORA: vias de conexão entre bairros e sistema principal, que recolhem o fluxo das vias locais, propícias a circulação de ônibus;
- V. VIA LOCAL: vias de baixa velocidade, dentro dos bairros;
- VI. VIA PARQUE: denomina a Estrada Gonçalves Dias.

Essas denominações e definições são adequadas, sendo proposta aqui que a VIA PARQUE denomine, além da Estrada Gonçalves Dias, todas as vias que margeiam áreas de preservação permanente, conforme previsto na Lei Estadual 15.616/2007.

Quanto à organização do Sistema Viário, a proposta pode ser observada no mapa do Anexo 02.

Abaixo, seguem outras proposições sobre alguns temas relativos ao Sistema

Viário.

- I. Implantar ciclovias nas Vias Arteriais e Marginais.
- II. Manter e ampliar a ação do programa de construção de calçadas, criando padrão que observe a acessibilidade, as faixas de serviço, diferenciado conforme hierarquia viária.
- III. Priorizar pavimentação nas vias arteriais, seguidas pelas vias coletoras e posteriormente as locais.
- IV. Elaborar Projeto Urbanístico de Acesso à cidade pós-duplicação da BR-277.
- V. Exigir por parte do loteador, na Lei do Parcelamento do Solo, a execução de infraestrutura básica aos parcelamentos, prevista na Lei Federal 6766/79, que é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública,



esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação, incluindo o passeio público e a arborização.

VI. Direcionar a rota de ônibus para vias coletoras e arteriais.

VII. Criar e/ou efetivar setor municipal responsável pela segurança e trânsito para coibir a passagem de caminhões no perímetro urbano.

1.3.4. Uso e Ocupação do Solo

Os principais condicionantes para a revisão do Uso e Ocupação do Solo eram:

- I. A implantação imediata da rede de esgotos, conforme projeto da SANEPAR;
- II. Existência de serviços e infraestruturas;
- III. Presença de fundos de vale e áreas de preservação permanente;
- IV. A presença e a duplicação da rodovia BR-277.

Os principais usos já definidos na legislação são o residencial, o de comércio e serviços, o industrial e as áreas verdes. A partir desses usos principais, foram redefinidas algumas Zonas Urbanas já existentes, enquanto outras foram mantidas.



1.4. Avaliação do Plano de Ação e Investimentos- PAI

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE SANTA TEREZA DO OESTE – PR			
PARTE 1-DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Promover o desenvolvimento pleno integrado do Município, nos seus aspectos políticos, sociais, econômicos, físico-ambientais e administrativos, através da implantação de um processo permanente de planejamento municipal e do monitoramento da implementação do Plano Diretor.	A gestão democrática e participativa incorpora a participação dos diferentes segmentos da sociedade na tomada de decisões e acompanhamento da Política de Desenvolvimento Municipal, nas suas várias instâncias de atuação.	Criar o Conselho da Cidade conforme preconiza o Conselho Nacional das Cidades.	Executado.
		Disponibilizar a legislação municipal em portal <i>online</i> .	Não executado. Em projeto.
		Disponibilizar Geo Portal com a legislação espacializada em mapas, assim como informações cadastrais relacionadas a uso e ocupação dos imóveis.	Não executado.
		Realizar a atualização cadastral dos imóveis, observando a área construída para fins de IPTU.	Não executado.

**PARTE 2 - PLANILHA DE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****I – Desenvolvimento Rural**

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
A política de desenvolvimento econômico do Município de Santa Tereza do Oeste estará pautada na responsabilidade à proteção ao meio ambiente natural e cultural, à redução das desigualdades sociais, e melhoria da qualidade de vida da população.	Proporcionar infraestrutura adequada às comunidades e propriedades rurais, garantindo o abastecimento de água, de energia elétrica e a logística necessária ao escoamento da produção e deslocamento de pessoas.	Perfuração de poços artesianos nas comunidades: Pinhalzinho, Guavirá, Linha Mangabeira e Sepé Tiarajú.	Executado.
		Asfalto na estrada PR 182 que liga Santa Tereza do Oeste a São Pedro do Iguaçu.	Executado parcialmente, 1 km.
		Recuperação asfáltica de 8 km na Linha Gonçalves Dias.	Não executado. Convênio assinado e projeto em licitação para execução.
		Calçamento irregular de 6 km ligando a Linha Gonçalves Dias e o distrito de Santa Maria.	Não executado.
		Readequação de 20 km de estradas e cascalhamento nas estradas da comunidade do São Luiz e Chaparral.	Executado.
		Construção de via alternativa para tráfego de máquinas agrícolas na BR 163 (6 km).	Não executado, não é autarquia do município
		Construção de estrada e ponte ligando Linha Gaúcha até São Luiz.	Não executado.
		Construção de 4 (quatro) pontes de concreto: 2 (duas) para Rio Central, 1 (uma) para Rio São Francisco Falso e 1 (uma) para Rio Santa Tereza.	Executado parcialmente: a ponte para o Rio Santa Tereza não foi executada.

**PARTE 2 - PLANILHA DE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****I – Desenvolvimento Rural**

		Construção de abastecedores comunitários nas comunidades.	Executado.
	Promover a integração e complementaridade entre produção agrícola, e produção industrial, com o fortalecimento da agroindústria, de modo a ampliar o valor agregado da produção primária;	Elaborar Plano de Ação.	Não executado.
	Estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do Município;	Elaborar Plano de Ação.	Não executado.
	Fortalecer e diversificar a produção agropecuária do município e diminuir a dependência no abastecimento;	Abatedouro municipal.	Não executado.
		Melhoramento genético pecuário com compra de sêmen de qualidade e equipamentos.	Executado através de programa de inseminação.
	Apresentar alternativas ao pequeno produtor de como explorar suas terras de forma racional, ambientalmente correta e lucrativa;	Promover cursos para os pequenos produtores.	Executado.

**PARTE 2 - PLANILHA DE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****I – Desenvolvimento Rural**

	Promover a gestão ambiental, através da conservação dos solos, gestão por micro bacias hidrográficas, proteção de matas ciliares;	Conservação de solo, cascalhamento e reforma de estrebarias na Linha Gonçalves Dias.	Executado.
		Manutenção dos programas de recuperação de nascentes e matas ciliares, como o Cultivando Água Boa.	Executado.
		Mapeamento de nascentes e cursos d'água.	Executado.
	Atrair novos setores produtivos para o Município, em consonância com a política de desenvolvimento regional;	Elaborar plano de ação.	Não executado.
	Incentivar a agricultura familiar das comunidades rurais;	Prover de infraestrutura adequada a feira dos produtores rurais.	Executado.
	Estruturar a Secretaria de Agricultura para que possa atender a demanda de forma adequada.	Compra de 1 (um) veículo próprio exclusivo e adequado para uso da Secretaria de Agricultura.	Executado.
		Compra de tratores e equipamentos agrícolas para auxiliar as comunidades.	Executado.
		Compra de retroescavadeira e caminhão caçamba.	Executado. Compra de 2 retroescavadeira e 4 caminhões caçamba.

**PARTE 2 - PLANILHA DE AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****I – Desenvolvimento Rural**

		Compra de caminhão com tanque para emergências nas áreas rurais e urbanas.	Executado. Compra de 2 caminhões com tanque para emergências nas áreas rurais e urbanas.
		Aquisição de carretas agrícolas.	Não executado.
	Incentivar a permanência das famílias no campo.	Construção de casas habitacionais rurais para famílias de baixa renda.	Executado com a construção de 20 habitações.

II- Turismo

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
A política de desenvolvimento econômico do Município de Santa Tereza do Oeste estará pautada na responsabilidade à proteção ao meio ambiente natural e cultural, à redução das desigualdades sociais, e melhoria da qualidade de	Utilizar da proximidade do Parque Nacional do Iguaçu, para promover projetos e programas, de cunho ambiental, para promover o turismo no município.	Elaborar plano em ação conjunta com o ICMBio.	Não executado.
	Implementar projetos de Ecoturismo no município, principalmente nas áreas de mata nativa ao norte.	Elaborar plano em ação conjunta com o ICMBio.	Não executado.
	Estimular o turismo agroecológico em propriedades	Elaborar plano em ação conjunta com o ICMBio.	Não executado.



II- Turismo			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
vida da população	rurais.		

III – Indústria, comércio e serviços			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
A política de desenvolvimento econômico do Município de Santa Tereza do Oeste estará pautada na responsabilidade à proteção ao meio ambiente natural e cultural, à redução das desigualdades sociais, e melhoria da qualidade de vida da população.	Estimular a diversificação do setor industrial, comercial e de prestação de serviços.	Implantar a sala do empreendedor	Executado.
		Promover cursos de qualificação	Executado.
		Buscar recursos junto ao BNDES para construção de estrutura para novos loteamentos.	Executado.
		Revisar legislação de incentivo industrial	Executado.
		Promover o programa do Menor Aprendiz	Não executado.
		Aquisição de área para novos loteamentos industriais	Executado com aquisição de duas novas áreas.



PARTE 3 - PLANILHA DE AÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS

I - Educação

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Democratizar o acesso à educação básica nas etapas da educação infantil e fundamental, em regime de colaboração com as demais esferas do poder público.	Fornecer estrutura adequada;	Adequação ao Plano de Segurança e Controle Incêndio e Pânico.	Executado.
		Construção de um CMEI na Vila Canário.	Não executado.
		Construção de prédio novo para SEMED;	Executado.
		Construção de um CMEI no Malucelli;	Executado.
		Construção de um CMEI na Vila Operária;	Não executado.
		Construção de um CMEI em Stª Maria;	Não executado.
		Criação de Escola Técnica Agrícola na escola do Pinhalzinho;	Não executado.
		Ampliação e reformas em prédios existentes da educação;	Executado.
	Promover a escola em tempo integral;	Aquisição e manutenção de equipamentos necessário para oficina de Musicalização, Pintura, Ginástica Rítmica e Capoeira;	Executado.
		Construção de sala própria para oficina de Musicalização;	Não executado. Atualmente é feito na edificação pertencente à assistência social.

**PARTE 3 - PLANILHA DE AÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS****I - Educação**

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Oferecer merenda escolar.	Horta escolar para lanches das escolas;	Não executado.
	Garantir transporte escolar quando necessário;	Manter o transporte escolar adequado aos estudantes;	Executado.
	Fornecer material de pesquisa e espaço para estudo através da Biblioteca Pública.	Dar continuidade a ampliação e modernização dos equipamentos de informática.	Executado.

II - Saúde

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Democratizar o acesso à educação básica nas etapas da educação infantil e fundamental, em regime de colaboração com as demais esferas do poder público.	Promover a assistência pública de saúde a toda a população do município;	Ampliar a oferta de exames	Executado.
		Proporcionar atendimento especializado a idosos	Executado.
		Criar unidade móvel para atendimento das comunidades do interior	Não executado.
	Promover a integração entre as ações;	Organizar o departamento de Vigilância em Saúde no município atendendo a política nacional e estadual;	Executado.
		Criação de Centro de Zoonoses	Não executado.



	Promover a descentralização dos serviços.	Criar PSF na Vila Canário.	Não executado.
		Efetivar PSF na Vila Operária	Executado.
		Criação de UPA na Sede	Não executado.

III- Assistência Social			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
I- Cooperação técnica, administrativa e financeira com a União e o Estado; II- Primazia da responsabilidade do Poder Público Municipal na formulação, coordenação, financiamento e execução da Política de Assistência Social;	Promover a inserção das pessoas em situação de vulnerabilidade na s atividades produtivas e na economia;	Manter e ampliar capacitação aos usuários do SUAS, com cursos técnicos de geração de emprego e renda de acordo com a realidade local;	Executado parcialmente.
		Construção de Espaço com infraestrutura e recursos humanos capacitados e adequados para oficinas de geração de emprego e renda conforme realidade local;	Não executado. Projeto em adequação.
		Manter parcerias ou convênios por meio de programa municipal com as empresas e ONGs existentes no município e entornos;	Executado.
III- Centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social;	Integrar a assistência social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, e do convívio social;	Construir um Centro Comunitário na Vila Canário;	Não executado.
		Ampliar a divulgação dos direitos dos cidadãos para garantir o acesso a informações, (legislação, programas, projetos, serviços socioassistenciais, etc)	Executado, feito pela assistência social.



III- Assistência Social			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
IV- Monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social.	Prevenir as situações circunstanciais d e vulnerabilidade, exercendo permanente vigilância para manutenção e ampliação do padrão básico de inclusão social alcançado.	Formalizar a criação do comitê intersetorial, com participação obrigatória de representante de cada setor da rede, para planejar, avaliar e qualificar os serviços do SUAS, em territórios de maior vulnerabilidade e risco;	Não executado. Projeto em adequação.
		Construção de Centro de atendimento para Idosos;	Não executado.
		Criar espaço para casa de passagem.	Não executado.
		Construção de centro de evento para o município;	Executado parcialmente. Obra em finalização.
		Construção de centro da juventude;	Não executado.
		Implantação do CRAS volante ou construção e instalação da unidade do CRAS em Santa Maria.	Não executado.
		Fomentar a parceria entre Defesa Civil, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Habitação referente aos programas, serviços prestador diante de calamidades entre outros;	Executado.
		Construção do - CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social com espaço físico e equipamentos para o desenvolvimento das atividades/serviços e atendimentos.	Executado.



III- Assistência Social			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
		Ampliação da estrutura física dos equipamentos sociais;	Executado.
		Construção de um Centro de Múltiplo uso que contemple atividades esportivas, culturais e de lazer;	Executado parcialmente. Obra em finalização.
		Criação de condomínio para a pessoa idosa que não possua casa própria e a criação de critérios beneficiando os idosos carentes para o acesso a este benefício;	Não executado.

IV – Secretaria da Mulher			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
		Efetivar a secretaria da mulher.	Não executado.
		Criar programas para mulheres em situação vulnerável.	Executado. Programas efetivos a nível federal e estadual, em consórcio pela AMOP
		Criar casa abrigo para mulheres em situação vulnerável.	Executado. Programas efetivos a nível federal e estadual, em consórcio pela AMOP



		Criar e efetivar programas específicos para grávidas, especialmente adolescentes.	Executado.
		Criar oficinas e cursos de aprendizagem específicos para as mulheres.	Executado parcialmente pela assistência social.

IV – Esporte e Lazer			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Desenvolver o lazer, e esporte no município; Democratizar o acesso às atividades existentes.	Promover ações e eventos do setor;	Manter as ações e projetos existentes;	Executado.
		Bolsa auxílio aos atletas que representam o município em competições;	Executado.
		Projeto Vida saudável;	Executado e extinto posteriormente com a implantação de novos projetos complementares.
		Escolinha de atletismo, basquetebol, handebol, artes marciais e dança;	Executado. Escolinha de atletismo, basquetebol, handebol, artes marciais, dança e teatro.
		Projeto para a 3ª idade.	Executado. Piscina e hidroginástica, clube do vovô e transporte para eventos regionais
	Apoiar iniciativas de criação de novos espaços para esporte e lazer.	Construção de campos de futebol suíço	Executado. Construção de 03 campos.
		Construção de uma concha acústica como um espaço alternativo para apresentações culturais.	Não executado.



	Bairro Malucelli: um miniginásio de esportes e uma quadra de futebol sintético.	Não executado.
	Bairro da Vila Operaria: um miniginásio de esportes e uma quadra de futebol sintético.	Não executado.
	Bairro da Vila Canário: um miniginásio e uma quadra de futebol sintético.	Não executado.
	Lago municipal (centro): * *um centro esportivo com piscina para aulas de natação e hidroginástica;	Não executado.
	* salão para as aulas de dança e de ginástica rítmica, local de treinamento para artes marciais;	Não executado.
	*pista de atletismo;	Não executado.
	*miniginásio;	Executado. Em Santa Maria.
	*canha de bocha de carpe;	Executado no centro do idoso, mas não de carpe.
	*quadra de areia iluminada;	Executado.
	*pista de bicicross;	Executado.
	*pista motocross;	Executado.



		* pista para a pratica do motocross.	Executado.
		Distrito de Santa Maria **	Executado.
		** um ginásio;	
		** pista de atletismo;	Não executado.
		**pista de skate;	Executado.
		** quadra de areia iluminada;	Não executado.
		** piscina para aulas de natação e hidroginástica;	Não executado.
		** uma quadra de futebol sintético.	Não executado.
	Otimizar o uso dos espaços de lazer e esporte já existentes, dotando-os de melhor infraestrutura e acessibilidade.	Iluminação no campo do Lago Municipal.	Executado.
		Iluminação no campo do Lago Municipal.	Executado.

V – Cultura			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Desenvolver o lazer, e esporte no município; Democratizar o acesso às atividades existentes.	Organizar e valorizar a participação do cidadão nos processos culturais;	Promover a formação e participação de público/plateia para os eventos culturais já existentes ou disponibilizados (festas tradicionais, culturais e religiosas das	Executado parcialmente. Atualmente é realizada somente a Festa da Polenta.



V – Cultura			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
		comunidades do município. Ex.: Festa da Polenta, Pesca no Lago, festivais, rodeio. Comidas e bebidas típicas, vestimentas etc.);	
	Aprimorar substancialmente a comunicação por meio da organização de rede e meios de	Expandir as redes de comunicação social, por meio de agentes culturais e/ou pela Internet;	Não executado.
	comunicação o tecnológica, assim tornar os procedimentos eventuais mais eficientes e eficazes;	Divulgar os eventos tradicionais, culturais e populares por meio de todos os veículos de comunicação disponível;	Executado sempre que necessário.
	Divulgar e aproximar mais os bens públicos da linguagem virtual do mundo atual.	Digitalizar a informação cultural armazenada em órgãos públicos para acesso de todos, bem como, as informações do museu, arquivo histórico, bibliotecas. (digitalização dos jornais, divulgação na Web Rádio em parceria com a Câmara Municipal de Vereadores, prefeitura e Itaipu Binacional, disponibilizada na Biblioteca Cidadã;	Não executado.
Desenvolver o lazer, e esporte no município; Democratizar o acesso às atividades existentes.	Descentralizar os equipamentos culturais (espaços) a partir da demanda específica de cada comunidade;	Construir ou adequar prédio para múltiplo uso.	Não executado.
		Planejar a implantação dos Pontos de Cultura estratégica modelo, cujo formato deve ser apoiado e fortalecido, como exemplo de acesso democrático aos bens culturais e sociais;	Não executado.



V – Cultura			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
		Construir Museu;	Não executado.
		Construir Concha Acústica (Praça redondo)	Não executado.
		Construir Biblioteca Pública em Santa Maria;	Não executado.
	Acompanhar, reavaliar e incentivar de forma contínua e permanente os projetos e as prioridades da área cultural do município conforme parceria entre as unidades administrativas;	Criar modelo de avaliação das atividades realizadas para facilitar a organização dos próximos eventos e contribuir para melhoramentos.	Não executado.
	Prever e estimular a transversalidade da cultura, a partir de ações integradas entre as unidades administrativas, principalmente com as mais afins, permitindo assim um novo olhar sobre os bens culturais materiais de nosso município.	Elaborar plano de trabalho em conjunto com as demais secretarias.	Não executado. Em elaboração
		Buscar parceria entre as esferas governamental e social através de projetos.	Executado.
Desenvolver o lazer, e esporte no município; Democratizar o acesso às atividades existentes.	Priorizar investimentos nas áreas de maior demanda das comunidades rurais e urbana;	Incentivar os projetos.	Executado.



V – Cultura			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Comprometer os gestores da cultura da cidade com a continuidade dos projetos e programas de longo prazo que trazem resultados, independente da alternância das administrações ou unidades administrativas;	Incentivar os projetos.	Executado.
	Desenvolver uma gestão qualificada, apoiada em indicadores capazes de sintetizar os diferentes aspectos da gestão e que permitam a avaliação da eficácia do investimento dos recursos públicos;	Criar e implementar organograma para a Secretaria da Cultura definindo cargos e funções, bem como realizar curso para funções específicas da Secretaria	Executado.
		Qualificar os profissionais através de cursos de curto e médio prazo para todas as áreas e funções desempenhada (bibliotecária, atendente de Telecentro, serviços gerais e gestor responsável (secretário)).	Não executado.

VI - Habitação			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Solucionar a carência habitacional	Democratizar o acesso ao solo urbano e a oferta de terras, a partir da disponibilidade de	Elaborar Plano de Ação.	Executado.



VI - Habitação			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
o município, garantindo o acesso à terra urbanizada e à moradia a todos os habitantes do município.	imóveis públicos e da utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade;		
	Coibir as ocupações em áreas de risco e não edificáveis;	Ampliar a fiscalização e notificações;	Executado.
	Garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental nos programas habitacionais, por intermédio das políticas de desenvolvimento econômico e de gestão ambiental;	Elaborar Plano de Ação.	Executado.
	Promover a requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares;	Realizar a regularização de imóveis municipais e de loteamentos habitacionais.	Executado., com projetos de Rehub, com mais de 300 imóveis
	Assegurar o apoio e o suporte técnico às iniciativas individuais ou coletivas da população para produzir ou melhorar sua moradia;	Manter e ampliar convênio para Assistência Técnica Gratuita.	Não executado.
	Ampliar as áreas destinadas à habitação de interesse social;	Firmar parcerias com órgãos e proprietários fundiários.	Executado.sempre que ocorrer a possibilidade de execução



VI - Habitação			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos;	Criar a Câmara Técnica de Habitação dentro do Conselho da Cidade.	Executado.

PARTE 3 - PLANILHA DE AÇÕES DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE			
VI – Meio Ambiente			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
Garantir e disciplinar as ações necessárias à recuperação, preservação e conservação do ambiente mediante a execução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.	Garantir a efetiva participação da população na defesa e preservação do meio ambiente;	Estruturar a Secretaria de Meio Ambiente, tornando-a capaz de absorver a atual demanda principalmente nos quesitos de fiscalização e licenciamentos;	Executado. Criação da agência de regulação ambiental em implantação
		Elaborar a Agenda 21 Municipal;	Não executado.
		Criar o Comitê Gestor das microbacias hidrográficas, visando a elaboração de modelo de desenvolvimento sustentável, que contemple o uso responsável da água e solo, através da capacitação e mobilização da comunidade de cada microbacia, estabelecendo a gestão integrada dos recursos naturais na produção agropecuária do município;	Executado vinculado a secretaria de meio ambiente



PARTE 3 - PLANILHA DE AÇÕES DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

VI – Meio Ambiente

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
		Consolidar a diretoria do Conselho Municipal de Meio Ambiente;	Executado.
		Dar suporte físico, financeiro, técnico e Jurídico ao Conselho Municipal de Meio Ambiente;	Executado.
	Criar locais de convívio e lazer para a comunidade;	Revitalizar a área do Lago Municipal, substituindo as espécies exóticas por nativas e implantando canteiros ornamentais, lixeiras, bancos e playgrounds, garantindo lazer para adultos e crianças;	Não executado. Projeto de revitalização assim que a área for municipalizada.
Garantir e disciplinar as ações necessárias à recuperação, preservação e conservação do ambiente mediante a execução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.		Promover a recuperação florestal das Área de Preservação Permanente junto ao Posto do ICMBio.	Não executado.
		Executar obras de melhorias com implantação de paisagismo adequado nas praças da sede do município e em seu distrito, substituindo espécies exóticas invasoras por espécies nativas e/ou ornamentais assim como, padronizar as espécies arbóreas nos logradouros públicos e praças;	Executado.
	Promover a articulação das ações educativas voltadas às	Elaborar novo projeto da Trilha Ecológica do PARANÁ, em ação conjunta com o ICMBio;	Não executado.



PARTE 3 - PLANILHA DE AÇÕES DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

VI – Meio Ambiente

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, potencializando a Educação Ambiental voltada para mudanças culturais e sociais;	Manter na ativa a Sala Verde com facilitador para oficinas de leituras, palestras sobre sustentabilidade, confecções de artesanato com materiais reciclados e preservar o acervo bibliográfico.	Não executado.
Garantir e disciplinar as ações necessárias à recuperação, preservação e conservação do ambiente mediante a execução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.	Promover a educação ambiental como instrumento para sustentação das políticas públicas ambientais, buscando a articulação com as demais políticas setoriais;	Implantar horta comunitária;	Executado.
		Efetivar Departamento de Educação Ambiental paralelo a S. de Meio Ambiente e Secretaria de Educação.	Não executado.
		Implantar o Selo e IPTU verde; (garantir a existência de pessoal habilitado para a licença e fiscalização).	Não executado.
		Estabelecer um programa de educação para disseminar informações que transformem a presença do parque e suas condições de preservação em oportunidade.	Não executado.
	Promover a educação ambiental através de parceria entre administração municipal, entidades privadas e sociedade civil organizada;	Substituir torneiras comuns por torneiras com sensor, assim como as lâmpadas incandescentes por fluorescentes e colocar sensores de luz nos corredores, nos prédios públicos evitando desperdício de água e energia.	Iniciado mais não concluído



PARTE 3 - PLANILHA DE AÇÕES DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

VI – Meio Ambiente

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
		Substituir nos banheiros públicos a tolha ou papel toalha pelo secador a vapor;	Não executado.
Garantir e disciplinar as ações necessárias à recuperação, preservação e conservação do ambiente mediante a execução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.	Garantir a proteção da cobertura vegetal existente no município;	Estabelecer procedimentos adequados para a poda árvores em conformidade com as prerrogativas da botânica e adequação paisagística.	Executado.
		Implantar a arborização urbana, conforme projeto exigido pelo Ministério Público;	Executado e em adequação
		Criar programa de plantio de árvores em parceria com as demais secretarias;	Não executado.
	Garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural.	Preservar as nascentes de água, ainda existentes próximo à Rodoviária, assim como o seu entorno;	Não executado.
		Elaborar inventário das áreas verdes municipais, para requerer ICMS Ecológico (incluir receitas que não estão sendo aproveitadas), e vincular o ICMS ao IPTU verde para recuperar áreas degradadas;	Não executado.



VII – Saneamento Ambiental			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
É o conjunto de ações que visa manter o meio ambiente equilibrado, promovendo salubridade ambiental à população, por meio do abastecimento de água potável, esgotamento e tratamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos, drenagem e reuso de águas pluviais e controle dos vetores de doenças transmissíveis, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo.	Assegurar à população do Município oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos, em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade;	Ampliar a rede de abastecimento de água.	Executado 100% na área urbana e com várias redes em comunidades.
	Criar mecanismos de informação à população sobre os resultados dos serviços de saneamento oferecidos, sejam resultados satisfatórios ou não;	Oferecer link no site do município para os relatórios da SANEPAR sobre qualidade de água e saneamento.	Não executado. Não é autarquia do município.
	Garantir a permeabilidade do solo urbano e rural;	Fiscalizar adequadamente a execução de obras conforme parâmetros urbanísticos estabelecidos.	Executado.
	Garantir a conservação dos solos como forma de proteção dos lençóis subterrâneos;	Exigir através de lei específica a construção de fossas com sistema de decantação ou sumidouros;	Não executado.
	Proteger os cursos e corpos d'água do Município, suas nascentes e matas ciliares;	Dar continuidade no projeto de conservação e proteção de nascentes bem como reflorestamento de áreas de Preservação Permanente;	Em execução



VII – Saneamento Ambiental			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Garantir a drenagem urbana municipal, dentro das normas ambientais e técnicas;	Ampliar a rede de galerias de águas pluviais;	Executado e em constante adequação
		Desobstruir e manter limpos as galerias de águas pluviais;	Em constante adequação
	Instalar rede coletora de esgoto sanitário;	Criar uma ação de acompanhamento junto ao Ministério das Cidades e SANEPAR.	Em execução
		Elaborar Plano de Ação para a implementação de uma agência municipal de rede de esgoto.	Executado. Existe a implantação da agência reguladora ambiental
	Complementar o sistema de coleta de águas pluviais nas áreas urbanizadas, de modo a evitar a ocorrência de alagamentos;	Construir cisternas nos prédios públicos já existentes, bem como planejar as próximas obras devidamente adequadas para captação e reutilização de água.	Não executado.
	Elaborar e implementar sistema eficiente de gestão de resíduos sólidos, garantindo a ampliação da coleta seletiva de lixo e da reciclagem, bem como a redução da geração de resíduos sólidos. Possibilitar a efetivação do programa como fator predominante para diminuição de despesas decorrentes de transporte, bem como garantir maior	Construir barracão para a Associação de Catadores;	Executado
		Adquirir área para implantação de compostagem, e em anexo, construir viveiro municipal e implantação do programa jovem jardineiro;	Não executado.
		Adquirir um caminhão de pequeno porte para realizar a coleta seletiva porta a porta e em Pontos de Entrega Voluntária - PEV;	Executado



VII – Saneamento Ambiental			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	fonte de renda para os catadores e contribuir para uma melhor qualidade de vida dos mesmos, assim como possibilitar amenização de problemas de saúde da população; Destinar os resíduos sólidos coletados no município a Aterro sanitário dentro das normas ambientais.		
	Oferecer Cemitério Municipal adequado às normas ambientais.	Melhorar as condições do cemitério quanto ao fornecimento de água e energia;	Executado.
		Adicionar marcações no interior do cemitério com quadras e lotes, facilitando a localização de jazigos;	Em execução
		Construir oOssuário Municipal, possibilitando ampliação da área existente em seu interior;	Executado parcialmente.
		Executar obras de calçamento e paisagismo no interior do cemitério municipal dando a ele um aspecto mais agradável ao visitante;	Executado.
		Realizar pintura no muro do cemitério municipal;	Executado.



VII – Saneamento Ambiental			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Oferecer Cemitério Municipal adequado às normas ambientais.	Executar obra de melhoria no gavetário municipal desativado, visando melhor seu aspecto visual;	Executado.
		Executar Canteiros de flores nas áreas não construídas no cemitério, para que deixe de acumular lixo;	Não executado.
		Distribuir lixeiras seletivas no interior do cemitério, propiciando o correto destino do lixo e minimizando o elevado acúmulo de lixo espalhados em seu interior;	Executado.
		Executar cortina vegetal.	Executado.
	Escolher uma nova área para o futuro cemitério, levando em consideração todos os critérios exigidos pelas normas ambientais de implantação deste serviço público.	Elaborar estudo para definição de área de cemitério no Distrito-Sede e no Distrito de Santa Maria.	Executado parcialmente. Houve aquisição de área para ampliação na sede, porém em Santa Maria não se aplica, já que a estrutura existente já atende.



PARTE 4 - PLANILHA DE AÇÕES DA MOBILIDADE URBANA

VIII – SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
I - Priorizar a acessibilidade de pedestres, ciclistas, pessoas com necessidades especiais e pessoas com mobilidade reduzida, ao transporte motorizado; II - Melhorar a fluidez do trânsito, mantendo-se os níveis de segurança internacional definidos pela comunidade técnica.	Tratar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;		Executado.
	Priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados;	Promover educação no trânsito.	Executado.
		Recuperar e construir passeios, para possibilitar segurança à circulação de pedestres.	Executado.
		Ampliar programa de construção de calçadas, conforme Lei Municipal existente;	Executado, calçadas me pavers.
		Implantar rampas de acesso a cadeirantes nos passeios em todos os cruzamentos do centro da cidade;	Em implantação.
	Reduzir o impacto causado pela presença da Rodovia BR-277;	Desenvolver projeto urbanístico de tratamento na borda da BR-277 com ampliação da ciclovia	Executado.
		Garantir fiscalização através de departamento de trânsito quanto a rota para veículos de carga pesada no acesso das rodovias.	Não executado.
	Hierarquizar as vias urbanas;	Asfaltar as ruas conforme hierarquia urbana.	Executado.

**PARTE 4 - PLANILHA DE AÇÕES DA MOBILIDADE URBANA****VIII – SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA**

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Implementar políticas de segurança do tráfego urbano e sinalização urbana;	Finalizar o projeto de readequação da sinalização do trânsito.	Executado.
	Melhorar as estradas de acesso às comunidades rurais.	Previsto Agricultura	Executado.

VIII – SEGURANÇA PÚBLICA

Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
	Garantir segurança à população e garantir o bom funcionamento do espaço urbano.	Criação da Secretaria de Segurança Pública	Executado.
		Estruturação do Departamento de Trânsito	Não executado, não viável.
		Estruturação do Conselho Municipal de Segurança - COMSEG	Não executado. Tentativas de estruturação sem voluntários para o Conselho.
		Instituição da Guarda Patrimonial	Não executado.
		Contratação de Agentes de Trânsito	Não executado.
		Estruturação da Patrulha rural	Não executado. Não é autarquia do município.
		Estruturação da Patrulha escolar	Não executado. Não é autarquia do



VIII – SEGURANÇA PÚBLICA			
Diretrizes	Objetivo (s)	Ações	Avaliação
			município.
		Construção do Destacamento da Polícia Militar em Santa Maria.	Executado.
		Instituição e estruturação do bombeiro comunitário	Executado parcialmente. Não tem estrutura, porém tem as equipes e equipamentos em funcionamento.



CONCLUSÕES

Baseados nos apontamentos realizados nas diretrizes, proposições e ações previstas no PDM elaborado em 2016, verifica-se que as atividades previstas apresentam uma variabilidade grande em seu cumprimento e em execução. Na análise do Plano de Ação e Investimentos observou-se que muitas ações não foram realizadas, principalmente pela falta de indicativos para execução.

Verifica-se que foram apontadas várias ações que, segundo a ETM, são entendidas como atividade que não é possível ser executadas pelo município, já que as mesmas não dependem diretamente do município, pois existem outras autarquias que regem a implantação.

Assim, nesta revisão espera-se adequar e atualizar as diretrizes e proposições de acordo com a realidade e necessidades atuais, apresentando novas ações para que se atenda/resolva estas necessidades, sem deixar de manter aquelas ações que foram executadas ao longo deste período, que de se demonstraram efetivas, com resultados satisfatórios e que faz sentido a realidade atual do município.



CONSULTORIA CONTRATADA
FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL DA CONSULTORIA

Roberto Aloysio Goergen

Engenheiro Civil, CREA PR 94015/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas

Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Inácio M. Rodrigues Pereira

Economista, CORECON/PR 7576

José Francisco De Gois

Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taíse Signorini

Psicóloga, CRP-08/13336

Evandro Alif Bolba Barbieiro

Advogado, OAB 60847

José Pedro Gomez Filho

Médico Veterinário

Daniela Theresa Damiani

Pedagoga

Sônia Marta Schwingel

Pedagoga

COORDENAÇÃO MUNICIPAL

Vera Lucia Biss

Controle Interno

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Roberto Willian Damiani

Arquiteto/Secr. Planejamento

Nelson Kazuhiko Tomita

Topógrafo/Secr. Planejamento

João Felipe Werle

Engº Civil/ Secr. Planejamento

Silvana Bedolini de Sá

Secretaria de Planejamento

César Paulo Lazzarotto

Departamento Jurídico

Antônio Carlos da Silva

Secretaria do Meio Ambiente



Jonathan Hoff
Secretaria do Meio Ambiente

Fernando Silveira Félix
Defesa Civil

Rosane Bressiane Compagnon
Secretaria de Agricultura

Algenir Antônio Renosto
Secretaria de Agricultura

Raquel Ianoski
Departamento Tributação

Maria Celoi Ranghetti Quadri
Departamento Tributação

José Maria Alves Martins
Tecnologia

Pedro Jorge de Souza
Imprensa